

ATA DA 16ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM DOZE DE MARÇO DE 2014.

Aos doze dias do mês de março de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Sexta Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, Biênio 2012 – 2014, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários, nº 10, Gonzaga – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 15ª reunião; 2 – Apresentação da Defesa Civil – resultados da 1ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil; 3 - Comunicados da Secretaria; 4 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SEFIN, SIEDI, SECID, UNISANTA, UNIMES, FATEC, COMEB. Justificaram a ausência: SEMAM II, SEAS, PRODESAN, UNIMONTE, CIESP, ASSOC. COMERCIAL, OAB, O Presidente João Guedes iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e convidou a Sra. Regina Elsa para iniciar a apresentação. Ela fez um breve relato sobre o histórico da Defesa Civil na região e de sua atuação e esclareceu sobre o funcionamento da 1ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil realizada em Santos. Explicou que o principal objetivo foi verificar as necessidades da região metropolitana e as propostas levantadas pela comunidade. Foram eleitos 38 delegados, que irão para a fase Estadual e posteriormente para a Federal. Descreveu 10 princípios e 30 diretrizes, já referendados e enviados à Brasília, para que as questões locais sejam defendidas e inseridas na política nacional. Como promover o contrato social, a proteção da comunidade como um todo e a integração de todas as políticas públicas que versem sobre nossa área que inclui questões afins devido ao viés natural, e, conseqüentemente, riscos e ocorrências de acidentes naturais semelhantes, aprimorando assim, a atuação e a intercomunicação. Convidou Sr. Marcos Bandini para dar continuidade, agradecendo sua parceria. Ele destacou que a Política Nacional foi atualizada em novembro de 2012, após eventos como de Santa Catarina, em 2008 e serras do Rio de Janeiro, em 2011. O Conselho não é intrínseco ao setor técnico, já que trata de proporcionar espaços mais confortáveis e seguros a todos. São ações necessárias para redução dos riscos, compostas pelas 3 esferas do governo, com prioridade à prevenção e ao planejamento, destacou que é necessária a participação da sociedade. A política define a integração das áreas, como meio ambiente, saúde, social. Na competência municipal, foi discutida a readequação das ações, identificando e mapeando as áreas de risco. Informou que o Plano Municipal está completando 25 anos e é desta competência deixar a população informada sobre áreas de risco, - também mapeadas pelo Plano Diretor - e protocolos de alerta. Sr. Bandini destacou que falta ação de cidadania, como não jogar resíduos em locais públicos, grande causa de alagamentos. Há uma campanha internacional Cidade Resiliente, para cidades mais seguras e 5 da região metropolitana aderiram. Nela, o Prefeito endossa e traça metas a serem cumpridas na área pública e com a comunidade. São 10 passos, a serem alcançados no prazo de 2005 a 2015, com determinações simples, mas eficazes, como

preparar as áreas de educação e de saúde para atenderem e recepcionarem a população impactada. Aberto para perguntas, Sr. Jaime elogiou-os e perguntou sobre área invadida em Santos. Sra. Regina Elsa respondeu que as Secretarias de Habitação, Planejamento, Meio Ambiente, e Defesa Civil conjugam esforços entre si e com o governo estadual, em trabalhos integrados para liberar áreas da invasão e não permitir novas, a fim de eliminar os riscos e perigos. Sr. Jaime perguntou ao Sr. Bandini sobre a área dos morros e ele comentou sobre o Programa Litoral Sustentável, em convênio com demais municípios, com Legislação e Ação Integrada. Exemplificou com a queda de um bloco em uma praça do morro, que não é mais possível resolver sem o apoio de outros departamentos. Não é mais possível amenizar o problema. Enfatizou a necessidade de implementar o Plano Municipal de Proteção à Mata Atlântica, como foi feito com a Serra do Mar. A legislação ambiental é rígida, por outro lado, precisa de área verde, falou da possibilidade de integração entre o emissário, a floresta do Orquidário, com terreno da SABESP e com os morros. Quanto aos resíduos, é preciso mudança de comportamento. Sr. Lustoza comentou que, apesar do bom orçamento de Santos, a Av. N^a Sr^a. de Fátima alaga há 30 anos, e que é preciso investir também na educação. Sra. Regina Elsa respondeu que o governo do estado se dispôs a analisar o assunto, mas é o município que deve priorizar, com desassoreamento e comportas. E retenção dos sedimentos que descem dos morros, que ainda não existe. Outra melhoria deve ser a colocação de informações no SIG, com integração das Secretarias. Sr. Lustoza lembrou que o escorregamento na Serra do Mar, na década de 80, nunca foi recuperado, apesar da limpeza dos rios ser de baixo custo. Sr. Bandini completou dizendo que há informações, metodologias e tecnologias sendo implantadas, o que falta é mudança de comportamento, mais integração dos setores, espera que não sejam precisos mais acontecimentos desastrosos para que tomem estas medidas. Sra. Regina Elsa disse que o comentário vai ao encontro do que disse o Sr. Lustoza, a educação, despertar consciências para evitar acidentes, não há dinheiro que pague uma vida. A defesa civil de Santos vai às escolas com a pedagoga Gisele, com palestras e cartilhas, tornando os alunos agentes multiplicadores. Em outubro pretendem fazer uma gincana com as escolas, pelo Dia Internacional de Redução dos Desastres Naturais. Sra. Cláudia/SEDES perguntou se há algum plano de recuperação de acidentes. Sr. Bandini respondeu que está elencada nas propostas, mas ainda em análise. Sra. Cláudia exemplificou com os pós Tsunamis, do Japão e da Indonésia, que no primeiro houve ordem e no segundo, saques e violência, uma questão cultural. A palestrante respondeu que é o que tentam fazer aqui, instruir como agir antes dos acontecimentos. Sra. Greicilene/SEDURB perguntou sobre desastres tecnológicos. Sr. Bandini disse que estão a cargo da CETESB e dos Bombeiros, que proporciona um bom controle, mas ainda insuficiente. A Defesa Civil atua como apoio. O município pode avançar, com aperfeiçoamento de estratégias, com divulgação. Sr. Jaime perguntou sobre o aumento do nível do mar na Ponta da Praia. Sr. Bandini respondeu que, como geólogo, trata-se de um fenômeno

natural. Entretanto, intensificado por ações humanas, como o aprofundamento da calha portuária, construção da via pública em antiga área de mangue. Lembrou que, no porto de Recife, a integração se deu, também, com a área de pesquisa acadêmica, o que muito contribuiu. Sr. Paulo/SMS perguntou se há parâmetro entre o índice de prevenção e o de recuperação. Sr. Bandini disse que o foco são as perdas de vidas humanas, há 14 anos sem vítimas fatais. E de 1988 a 2000, apenas 4. Comentou que a redução de riscos também se faz por planejamento e que o problema da Ponta da Praia pode ser resolvido. Sra. Regina Elsa disse que a eficácia do plano tem seu reflexo no número de mortes. Enfatizou, novamente, que é necessário investir na educação. A relutância das pessoas em permanecerem nos locais quando há acidentes, é o receio de suas casas serem saqueadas. A segurança. O Presidente agradeceu aos palestrantes. Entre os Comunicados da Secretaria, foram anunciadas: a Hora do Planeta, dia 29 de março, quando se apagam as luzes das 20h30 às 21h30, ato simbólico de economia, pela natureza e pela humanidade. E que a Prefeitura de Santos participa apagando alguns monumentos; Feira de Produtos Orgânicos no Gonzaga, na UME Leonor Mendes de Barros, em 16 de março; Conferência Regional de Economia Solidária, dias 29 e 30 de março, todos serão enviados por e-mail. Entre os Assuntos Gerais, Sr. Jaime enviou Lei sobre conservação das calçadas. Sra. Greicilene avisou que na próxima reunião as Câmaras de Gerenciamento Costeiro e Legislação darão prosseguimento à análise quanto à possibilidade de regulamentação das atividades de pesca com rede na Baía de Santos, tendo em vista a manifestação da Procuradoria Geral do Município. O Presidente João Guedes agradeceu e anunciou que a próxima reunião será dia 02 de abril. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo presidente João Guedes Neto.

JOÃO GUEDES NETO
Presidente

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária